

O CONSUMO DE ALIMENTOS EM BOTUCATU, S. P.¹

ELIAS JOSÉ SIMON²

RESUMO - Neste estudo são analisadas algumas questões relacionadas ao consumo de alimentos, especialmente no que tange às suas relações com a distribuição de rendimento entre a população. Os dados utilizados foram obtidos na zona urbana do município de Botucatu, S. P., a partir de um questionário sobre consumo alimentar aplicado junto a famílias de uma amostra, em janeiro de 1978. Quanto às estratégias utilizadas pelas pessoas de menores rendimentos, as principais conclusões foram que: a) em relação à habitação, essas pessoas procuram utilizar um espaço bastante pequeno para reduzir o custo monetário da moradia; b) a utilização do crédito ("caderneta", "conta") é uma prática bastante comum, especialmente junto aos empórios, armazéns e quitandas, permitindo manter uma continuidade na compra de alimentos. Em Botucatu, do total de gastos com alimentos das pessoas com rendimento até um salário mínimo, cerca de 29% é a prazo; e c) é de grande importância a incorporação dos rendimentos de mulheres, menores e outros membros das famílias, que representam em conjunto mais de um terço do total de rendimentos das famílias com rendimento *per capita* até dois salários mínimos. Finalmente, cabe acrescentar que os programas de nutrição que procuram resolver a questão pelos determinantes aparentes da desnutrição (ignorância da população, etc.), sem alterar a renda e/ou sua distribuição, não constituem solução definitiva do problema.

Termos para indexação: distribuição de renda, consumo de alimentos.

FOOD CONSUMPTION IN BOTUCATU, S. P.

ABSTRACT - Some matters associated with food consumption, especially as related to income distribution among the population, are analyzed. The data utilized were obtained in the city of Botucatu, S. P. A sample of 261 families was interviewed in January 1978, through a food consumption questionnaire. The main conclusions relating to the strategies utilized by lower income persons are: a) on housing - such persons attempt to utilize a small space to save on the cost of housing; b) the utilization of credit is a common practice, especially in emporius, grocery stores, and greengrocers (charge accounts). This permits continued food supplies. About 29% of the expenditures on food products of persons whose income is up to one minimum salary refers to on credit buying; c) the income earned by women, children and other members of the family, representing, as a

¹ Recebido em 01 de junho de 1983.

Aceito para publicação em 01 de março de 1984.

Resumo da Dissertação de Mestrado, aprovada pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, em setembro de 1981.

² Eng.^o Agr.^o, M.S., Professor do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agronômicas - UNESP - CEP 18600 - Botucatu, SP.

whole, over of third three strata, is very important. A last, it should be added that the nutritional programs aimed at solving the problem through the **apparente determinants** of undernourishment (ignorance of the population, etc.) without changing the income and/or its distribution do not constitute a definitive solution to the problem.

Index terms: income distribution, food consumption.

INTRODUÇÃO

É inegável a importância que têm assumido atualmente os estudos e as discussões a respeito das condições nutricionais de determinados setores da população. Historicamente, a subnutrição de grande parte da população brasileira tem sido um grave problema que vem se arrastando até hoje e não há perspectivas definidas de solução, pelo menos a curto e médio prazos.

A subnutrição, juntamente com as moléstias contagiosas e a necessidade de melhores condições sanitárias, constituem-se nos principais problemas relacionados à Saúde Pública. As deficiências nutricionais têm sido apontadas como causas diretas ou associadas à mortalidade infantil bem como responsáveis pelo comprometimento do desenvolvimento cerebral - portanto da capacidade de aprendizado e da acumulação de conhecimento - quando ocorre nos primeiros anos de vida. Os estudos voltados para o problema nutricional estiveram por muito tempo a cargo dos profissionais da área de saúde. Mais recentemente, outros profissionais, principalmente da área de Ciências Sociais, têm sido instados a participar no equacionamento e determinação das variáveis sócio-econômicas relacionadas ao assunto.

Um diagnóstico do consumo de alimentos no Brasil pode ser encontrado em Sobral (1973), que analisou uma série de estudos, principalmente na década de 60, em várias regiões do País, apresentando dados comparativos para o Brasil e outros países. Uma das conclusões do autor é que, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, o nível nutricional do povo brasileiro persistia apresentando graves deficiências.

Em 1938 parece que a questão já se apresentava como relevante, visto ter sido neste ano baixado o Decreto-Lei 399 de 30 de abril que cria-

va a Ração Essencial.³ Essa ração⁴ determinava as quantidades mensais mínimas de alimentos, indispensáveis para um trabalhador satisfazer as necessidades calóricas, protéicas e vitamínicas.

No entanto, a relação entre a quantidade mínima de alimentos e o salário mínimo evoluiu, no período de dezembro de 1970 a dezembro de 1980, de maneira desfavorável para o trabalhador. Os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), apresentados na Tabela 1 podem confirmar essa afirmativa.

TABELA 1. Custo da ração, tempo de trabalho e custo da ração/salário mínimo. São Paulo.

Período	Custo da ração		Tempo de trabalho			Custo da ração/ Salário mínimo
	Cr\$	Índice	Horas necessárias	Índice		(%)
Dez/70	80,59	100	103h	19min	100	43
Dez/71	106,79	133	113h	25min	110	47
Dez/72	147,92	184	132h	05min	128	55
Dez/73	206,32	256	158h	42min	154	66
Dez/74	273,30	339	157h	59min	153	66
Dez/75	342,53	425	154h	18min	149	64
Dez/76	480,01	596	150h	00min	145	63
Dez/77	649,70	806	140h	56min	136	59
Dez/78	941,09	1.168	144h	47min	140	60
Dez/79	1.764,99	2.190	144h	26min	140	60
Dez/80	3.766,88	4.674	156h	10min	151	65

Fonte: DIEESE (1979 e 1981).

³ Segundo Santos (1973) esse mesmo Decreto-Lei regulamentava o salário mínimo no Brasil, o qual foi constituído pela Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936 e que serviu de base à expedição da primeira tabela de salário mínimo no país, imposta pelo Decreto-Lei 2.162, de 1º de maio de 1940.

⁴ A Ração Essencial, para um trabalhador na cidade de São Paulo, deveria conter os seguintes alimentos: carne (6,0 kg), leite (7,5 l), feijão (4,5 kg), arroz (3,0 kg), farinha de trigo (1,5 kg), batata (6,0 kg), tomate (9,0 kg), pão (6,0 kg), café (0,6 kg), banana (7,5 dz), açúcar (3,0 kg), banha (0,75 kg) e manteiga (0,75 kg).

O custo da ração aumentou substancialmente no período, passando do índice 100 em dezembro de 1970 para 4.674 em dezembro de 1980. As horas de trabalho necessárias para se poder comprar a ração essencial aumentaram em 51%, e a relação entre o custo da ração/salário mínimo passou de 43% a 65% no mesmo período. Ora, se a ração essencial representa a quantidade mínima de alimentos para um trabalhador, e se o salário mínimo é voltado para satisfazer as necessidades do trabalhador e sua família, pode-se assegurar que, na medida em que os gastos do trabalhador apenas com alimentos representaram cerca de 60% do salário mínimo⁵ em dezembro de 1978 e 1979, e 65% em dezembro de 1980, as condições de vida das famílias estão comprometidas - a não ser que estas encontrem outras formas ou estratégias de sobrevivência. A situação apresenta-se ainda mais preocupante se considerarmos que no Estado de São Paulo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 1979, cerca de 17% da população economicamente ativa tinha rendimento mensal de até um salário mínimo e quase metade (47,8%) não conseguia atingir dois salários mínimos. Para o Brasil como um todo, os dados do PNAD revelam que, da população economicamente ativa, 35,3% tinha rendimento até um salário mínimo e 64,4% tinha rendimento até dois salários mínimos.

É preciso ainda ter em conta que, segundo Queda (1978), a ração essencial foi definida em 1938 e portanto está totalmente desatualizada em relação à época atual, podendo assim estar defasada em relação à realidade que ora se apresenta. Nesse mesmo sentido, afirma Santos (1973:196): "Pelo § 3º do art. 81 da CLT, o Ministério do Trabalho deveria rever periodicamente esses quadros, de modo a ajustá-los segundo o avanço dos conhecimentos sobre Nutrição Humana. Ao que se sabe, porém, não obstante os progressos da Ciência nesse ramo, no da Tecnologia de Alimentos e dos costumes alimentares da população, jamais se procedeu a qualquer revisão nos velhos quadros de mais de trinta anos atrás".

Quanto a esses aspectos, cabe acrescentar que vários fatores têm contribuído para mudanças nos hábitos de consumo: a introdução de novos produtos, a modificação dos preços relativos, a disseminação de informações e estímulos pelos meios de comunicação, os movimentos migra-

⁵ O Decreto-Lei nº 399 estabelecia que além das despesas com alimentação, o salário mínimo deveria também ser suficiente para cobrir as despesas diárias com habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto e de sua família.

tórios do campo para a cidade, etc. (Suplicy, 1981). Tais mudanças têm, conseqüentemente, alterado as proporções dos gastos das famílias com os diversos bens e serviços que necessitam. Portanto, é necessário o estudo periódico dos padrões de gastos realizados pelas famílias, para se avaliar corretamente em que medida as variações dos preços dos diversos bens e serviços afetam o poder aquisitivo dos salários ou dos rendimentos das famílias. Tendo presente essas preocupações, o DIEESE iniciou um levantamento em 1981, junto às famílias da Região Metropolitana de São Paulo, visando examinar a estrutura do orçamento doméstico da população residente nessa área. Ainda, segundo Suplicy (1981), o DIEESE já havia realizado duas pesquisas sobre orçamentos familiares: uma em 1958 e outra em 1969/70. Para se poder avaliar a importância da realização periódica dessas pesquisas o autor acrescenta que, no levantamento realizado em 1969/70 constatou-se que, em média, em cada família de trabalhadores havia mais pessoas trabalhando para receber uma renda não superior à obtida na época da primeira pesquisa, em 1958.

Dada a relevância da problemática exposta, torna-se necessário o aprofundamento da discussão em torno da questão dos alimentos.

A subnutrição, "doença" já bastante difundida entre a população, parece não ter como causa principal o mal funcionamento do organismo ou distúrbios relacionados ao metabolismo dos nutrientes. São apontadas como causas principais outros fatores, de natureza externa ao organismo, que dessa maneira passam a assumir um papel relevante e portanto devem ser colocados no plano da análise principal⁶.

Os alimentos, quando analisados pelo lado da produção permitem captar a importância do trabalho familiar, a presença marcante da pequena produção subordinada. Vistos pelo lado do consumo, representam um dos aspectos mais importantes, principalmente para as pessoas de baixos rendimentos, e através destes podem ser avaliadas as condições de reprodução da força de trabalho. Não se quer diminuir a importância de outros componentes, também de real significado - como as condições de trabalho, de saúde, de habitação, de higiene, etc. - mas centrar a análise no consumo de alimentos como principal objetivo desta pesquisa.

⁶ As principais causas da subnutrição são discutidas com maiores detalhes nos trabalhos de Campino et alii (1975), FGV (1975), Sampaio e Coelho (1978), Alves e Vieira (1978), Alves (1979).

OBJETIVOS

Neste estudo são analisadas algumas questões relacionadas ao consumo de alimentos, especialmente no que tange às suas relações com a distribuição de rendimentos entre a população.

Através de dados primários obtidos para a cidade de Botucatu, são estudados os seguintes pontos específicos:

- a. a distribuição dos rendimentos e os gastos com a alimentação;
- b. a estrutura do consumo de alimentos da população conforme o nível de rendimento; e
- c. as principais estratégias de consumo de alimentos, no tocante:
 1. aos principais locais de compra;
 2. à importância das compras à vista e a prazo; e
 3. às formas de elevação do rendimento monetário familiar.

A ÁREA DE ESTUDO E A COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada na área urbana do Município de Botucatu, Estado de São Paulo, pertencente à Divisão Administrativa de Sorocaba.

Os dados utilizados foram obtidos a partir de um questionário sobre consumo alimentar aplicado junto a famílias de uma amostra, em janeiro de 1978. Foram entrevistadas 261 famílias, e o questionário vivava, entre outras coisas, a obtenção de informações referentes às condições de moradia, ao rendimento monetário familiar, à despesa mensal da família com alimentos (no questionário constavam 143 tipos de alimentos), aos locais de compra destes alimentos e aos montantes das compras à vista ou a prazo. A análise baseou-se na classificação das famílias em sete estratos de rendimento mensal *per capita*, a saber: até 0,5 salário mínimo⁷; de 0,5 a 1; de 1 a 2; de 2 a 3; de 3 a 4; de 4 a 6 e mais de 6 salários mínimos, sendo os intervalos dos 6 primeiros estratos fechados à direita.

Na Tabela 2 são apresentadas as distribuições dos domicílios e das pessoas da amostra, segundo os estratos de rendimento mensal *per capita*⁸.

⁷ O salário mínimo, em janeiro de 1978, era de Cr\$ 1.106,40.

⁸ Para maior facilidade, nas tabelas seguintes os estratos de rendimento mensal *per capita* serão representados pelos números de 1 a 7, correspondendo aos estratos apresentados na Tabela 2, e na mesma ordem.

TABELA 2. Distribuição dos domicílios e das pessoas da amostra segundo os estratos de rendimento. Botucatu, 1978.

Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i> (Cr\$ de 1978)	Número de domicílios	Número de pessoas
até 553,20	31	184
553,20 - 1.106,40	82	340
1.106,40 - 2.212,80	77	296
2.212,80 - 3.319,20	41	167
3.319,20 - 4.425,60	13	46
4.425,60 - 6.644,40	12	45
mais de 6.644,40	5	15
Total	261	1.093

Fonte: Dados da amostra.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Convém esclarecer que na população estudada estão incluídas as pessoas com as mais variadas atividades profissionais como: motoristas, comerciários, comerciantes, escriturários, bancários, gráficos, corretor de imóveis, mecânicos, pedreiros, além de pessoas ligadas ao "funcionalismo público" (professores, ferroviários, policiais, etc). Em relação às atividades acima referidas, a maior parte da população se enquadrava no chamado setor terciário. Apesar da importância que assume na determinação dos grupos sociais o modo de inserção no processo produtivo, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 1978, não foi objeto deste trabalho o estudo dessa população conforme o ramo de atividade. Utilizou-se o rendimento monetário como base para uma estratificação dos dados. Assim, serão abarcadas num mesmo estrato de rendimento pessoas com atividades bastante diferentes mas que têm em comum as mesmas bases financeiras para obter alimentos para a família. Além disso, estão incorporados no rendimento monetário todos os rendimentos em dinheiro provenientes de salários, juros, comissões, etc. percebidos por todos os integrantes do domicílio. Desta forma, se constitui como núcleo

básico da coleta dos dados a unidade familiar⁹, tanto no tocante ao rendimento monetário quanto em relação aos gastos com alimentação. Para fins de estratificação, o rendimento monetário mensal foi dividido pelo número total de pessoas que compunham o domicílio, inclusive as crianças.

Os resultados não são apresentados em quantidades físicas de alimentos consumidos, mas sim em valores monetários dos gastos com alimentação.

Não foi preocupação deste trabalho determinar o grau de subnutrição das pessoas dos vários estratos de rendimento em relação às quantidades consumidas de calorias, proteínas, vitaminas, etc., mas sim, estabelecer as comparações entre os vários estratos, através do dispêndio monetário com alimentos.

O fato de os preços poderem ser diferentes para os consumidores de cada estrato pode sugerir uma situação até mais grave para as pessoas de menores rendimentos, visto que os preços para estas pessoas podem ser mais elevados. Há indicações de que isso ocorra pois as pessoas de menores rendimentos fazem grande parte das compras nos empórios, armazéns e quitandas (que geralmente trabalham com estoques pequenos), e também se utilizam, como se verá posteriormente, do sistema de compras a prazo. No caso dos supermercados, pelo grande volume comercializado por esses estabelecimentos, os preços podem ser menores. No entanto, a utilização de embalagens, as diferenças entre "marcas" e "qualidades" podem acarretar também um preço mais elevado para as pessoas que comprem nesses estabelecimentos, o que dificulta em parte a comparação dos preços médios para cada estrato de rendimento. Mesmo assim, os preços médios de alguns produtos selecionados (leite, óleo, arroz, feijão, farinha de trigo, batata, pão, macarrão, banana, tomate, carne de vaca e açúcar cristal), calculados para cada estrato de rendimento, apresentaram diferenças. Os preços foram maiores nos dois primeiros estratos em relação aos dois últimos para os seguintes alimentos: leite, feijão, farinha de trigo, pão e açúcar cristal. O preço do macarrão no primeiro estrato foi maior do que em todos demais estratos.

Inicialmente, é importante verificar a distribuição dos rendimentos entre a população estudada, o que pode ser observado pela Tabela 3.

Convém alertar que os dados se referem apenas aos rendimentos mo-

⁹ Mais precisamente, quando se fala da unidade familiar não se está referindo especificamente às pessoas que têm relações de parentesco. Há casos em que moram no mesmo domicílio pessoas sem ligações diretas de parentesco com as outras, mas que participam na composição do rendimento e no consumo de alimentos.

TABELA 3. Distribuição dos rendimentos entre as pessoas. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>	Pessoas (%)	Rendimento (%)
1	16,8	3,7
2	31,1	14,6
3	27,1	26,2
4	15,3	24,7
5	4,2	9,3
6	4,1	13,1
7	1,4	8,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Dados da amostra.

netários auferidos, e que portanto não expressam por si só, a real distribuição da riqueza entre a população. Mesmo assim pode-se constatar as disparidades entre as pessoas dos diversos níveis de rendimentos. As pessoas do primeiro estrato que representam 16,8% do total, detém apenas 3,7% do total dos rendimentos. De outro lado, as pessoas dos dois últimos estratos, que representam apenas 5,5% da população, apropriam-se de mais de um quinto (21,5%) dos rendimentos. Considerando agrupadamente os dois primeiros estratos pode-se observar que quase metade da população (47,9%) possuem menos de um quinto (18,3%) do total de rendimentos. Esta distribuição desigual dos rendimentos se reflete numa diferenciação no consumo de alimentos e também, de forma geral, nas condições de reprodução do trabalhador e sua família.

Um dos primeiros reflexos dessa distribuição desigual dos rendimentos pode ser percebido através da Tabela 4.

Os dados revelam que, à medida que aumentam os rendimentos, uma menor proporção deles é utilizada na compra de alimentos. Ou seja, enquanto no primeiro estrato, quase 60% do rendimento é gasto em alimentação, no estrato superior essa porcentagem não chega a atingir 10%. No segundo e terceiro estratos, as proporções do rendimento gasto em alimentação são respectivamente 47,1% e 33,4%. Esses resultados mostram que os gastos com alimentação absorvem parcela significativa dos rendimentos auferidos, sendo que nos dois primeiros estratos, onde

TABELA 4. Porcentagem do rendimento gasto em alimentação. Botucatu, 1978.

Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>	Porcentagem do rendimento gasto em alimentação
1	59,9
2	47,1
3	33,4
4	24,0
5	21,4
6	15,9
7	9,9
Total	28,7

Fonte: Dados da amostra.

está cerca de 48% da população, a alimentação absorve, em média, mais de 50% dos rendimentos. Mesmo utilizando grande parte dos rendimentos na compra de alimentos, o dispêndio monetário *per capita* das pessoas desses estratos é, como se verá posteriormente, bastante baixo em relação aos estratos superiores. O restante do rendimento seria para "cobrir" todas as outras despesas, que como a alimentação, são também "obrigatórias": habitação, água, luz, transporte, etc. Não resta dúvida portanto que dados os rendimentos, somente através de mecanismos de rebaixamento dos custos dessas "necessidades obrigatórias" é possível garantir a sobrevivência.

Tendo presente esse panorama da população estudada, pode-se, a partir daqui, discutir os principais aspectos relacionados ao consumo de alimentos. A Tabela 5 mostra a composição da cesta de alimentos para os vários estratos de rendimento, bem como a participação percentual de cada tipo de alimento nessa composição. Os resultados se referem ao dispêndio monetário (e não quantidades físicas) com os vários tipos de alimentos. Levando em conta que, como visto anteriormente, os preços de alguns alimentos importantes para as pessoas de baixos rendimentos são maiores do que para as pessoas dos estratos superiores, é possível que a situação das famílias de menores rendimentos seja pior do que indicam os dados sobre dispêndio.

É importante destacar que na composição da cesta alimentar dos diversos estratos de rendimentos estão incluídos, mas não na mesma proporção, os mesmos alimentos.

TABELA 5. Participação relativa dos vários grupos de alimentos no dispêndio total. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Grupos de alimentos	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>						
	1	2	3	4	5	6	7
Leite e derivados	8,9	9,0	10,5	14,1	15,6	11,5	12,2
Óleos e gorduras	9,1	6,7	6,3	5,6	4,5	4,3	4,2
Ovos e frangos	6,2	7,0	7,5	8,6	5,0	7,0	6,7
Cereais	17,9	11,5	7,8	5,3	4,1	3,9	3,3
Tubérculos	5,1	5,5	4,6	4,1	3,7	3,5	3,5
Sopas, massas e farinhas	10,1	9,1	8,3	7,5	7,0	5,9	4,5
Frutas	2,7	4,1	5,6	9,1	8,8	8,7	10,5
Legumes e verduras	4,2	7,7	8,3	9,3	9,2	8,3	12,0
Açúcares e doces	6,9	5,6	5,2	4,2	2,7	2,4	3,6
Carne de peixe	1,7	1,3	1,5	1,5	2,2	2,3	1,9
Carne de porco	1,3	2,8	2,4	2,9	4,6	5,7	3,6
Carne de vaca	12,8	16,6	17,7	14,0	14,5	19,3	13,5
Outros ^a	13,1	13,1	14,3	13,8	18,1	17,2	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da amostra.

(^a) Este grupo inclui condimentos, chocolates, aperitivos e bebidas.

Deve-se assinalar a importância que tem a carne de vaca em todos os estratos de rendimentos. No mesmo sentido, deve-se ressaltar a importância do grupo "outros", que, como visto, podem ser considerados também como componentes efetivos da cesta alimentar. Os cereais e as sopas, massas e farinhas se apresentam como importantes para os dois primeiros estratos. Já no segundo estrato aparece o leite que passa a estar presente em todos os outros estratos. Nos estratos superiores, a partir do quarto, passa a ser significativo a incorporação de alimentos como legumes e verduras, frutas, ovos e frangos na cesta alimentar. Ou seja, inversamente, à medida que os rendimentos decrescem há também uma diminuição da participação de alimentos protéicos e vitamínicos na cesta de alimentos, cedendo lugar aos alimentos de maior valor calórico.

Não se pode afirmar daí que essa população teria seus requerimentos calóricos satisfeitos, mas que estaria tentando suprir-se de calorias como necessidade imediata vital para o funcionamento do organismo.

De maneira mais sintetizada esses resultados podem ser vistos através da Tabela 6. Para tanto, procedeu-se ao agrupamento dos alimentos em três grandes grupos: os **protêico-animais**, englobando o leite e derivados, ovos e frangos, peixes, carne de porco e carne de vaca; os **energéticos**, como óleos e gorduras, cereais, tubérculos, sopas, massas e farinhas, açúcares e doces; e os **produtos hortifrutícolas**, incluindo frutas, legumes e verduras. Os demais alimentos foram agrupados com a denominação de "outros", que inclui condimentos, chocolates, aperitivos e bebidas.

Pela Tabela 6 observa-se que a maior parte do dispêndio nos primeiro e segundo estratos se dá com alimentos "energéticos" (49,1% e 38,4% respectivamente), seguidos pelos "protêico-animais" (39,9% e 36,7% respectivamente). Nos demais estratos a maior proporção do dispêndio é com os "protêico-animais", seguidos pelos "energéticos", exceto no último estrato onde depois dos "protêico-animais" a maior parte dos gastos ocorre com os "produtos hortifrutícolas".

Percebe-se de forma nítida, que de fato, em termos da participação dos diversos tipos de alimentos, há uma diferenciação entre os vários estratos de rendimento, havendo na dieta alimentar dos estratos superiores uma participação significativa dos produtos hortifrutícolas, o que não ocorre nos estratos de rendimento mais baixos.

TABELA 6. Participação relativa dos grandes grupos de alimentos no dispêndio total. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Grandes grupos de alimentos	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>						
	1	2	3	4	5	6	7
Protêico-animais	30,9	36,7	39,6	41,1	41,9	45,8	37,9
Energéticos	49,1	38,4	32,2	26,7	22,0	20,0	19,1
Produtos hortifrutícolas	6,9	11,8	13,9	18,4	18,0	17,0	22,5
Outros	13,1	13,1	14,3	13,8	18,1	17,2	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da amostra.

Uma idéia mais realista desses resultados pode ser dada através da Tabela 7, que contém os dispêndios mensais *per capita* com os vários grupos de alimentos.

Pode-se observar que os gastos *per capita* com todos os alimentos, nos três primeiros estratos, são menores em relação aos demais, exceto para os cereais e açúcares e doces. Mesmo para sopas, massas e farinhas, que, como visto anteriormente, são importantes na dieta das pessoas desses estratos, o valor dos gastos *per capita* é menor que nos demais estratos. De maneira geral, pode-se dizer que, exceto para cereais, açúcares e doces, há uma tendência a aumentar os gastos *per capita* com cada grupo de alimentos à medida que os rendimentos aumentam. Grosso modo, esses gastos em valores monetários refletem as quanti-

TABELA 7. Dispêndio mensal *per capita* com os vários grupos de alimentos. Botucatu, 1978 (cruzeiros de 1978).

Grupos de alimentos	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>						
	1	2	3	4	5	6	7
Leite e derivados	19,5	33,3	56,4	91,4	122,2	96,8	123,7
Óleos e gorduras	19,9	25,1	33,7	36,0	35,5	36,1	42,5
Ovos e frangos	13,5	25,8	40,5	55,8	39,4	58,9	67,6
Cereais	39,5	42,6	41,9	34,2	32,1	33,1	33,7
Tubérculos	11,3	17,2	24,8	26,6	29,2	29,3	35,4
Sopas, massas e farinhas	22,1	34,0	44,5	49,7	54,9	50,0	46,4
Frutas	6,0	15,1	30,4	58,6	69,0	73,1	106,1
Legumes e verduras	9,3	28,9	44,4	59,9	72,6	70,1	121,9
Açúcares e doces	15,2	21,1	27,8	27,4	21,3	20,1	36,5
Carne de peixe	3,6	4,8	8,3	9,5	17,3	19,6	18,8
Carne de porco	2,8	10,6	12,7	18,5	36,3	47,7	36,5
Carne de vaca	28,2	61,8	95,0	90,8	113,7	162,2	136,8
Outros ^a	28,8	48,5	77,1	89,4	142,3	145,3	207,8
Total	219,7	368,8	537,4	647,0	785,8	842,5	1013,7

Fonte: Dados da amostra.

(^a) Este grupo inclui condimentos, chocolates, aperitivos e bebidas.

dades físicas consumidas, significando que para a maioria dos alimentos, o consumo em quantidades também é menor para os primeiros estratos.

Agrupando novamente os alimentos em grandes grupos, conforme sua natureza, pode-se perceber as diferenças existentes entre os vários estratos (Tabela 8).

Basicamente, constata-se uma diferença bastante significativa entre os dois primeiros estratos e os dois últimos, especialmente no que se refere aos alimentos protéico-animais e hortifrutícolas. A diferença também é grande, porém menos acentuada, quando se trata dos alimentos energéticos. Assim, mesmo os alimentos energéticos que se configuram como os mais importantes nos primeiros estratos, são consumidos em quantidades menores que nos maiores estratos, o que pode sugerir também a não satisfação dos requerimentos calóricos dessa população. As variações no dispêndio total *per capita* são também bastante acentuadas, sendo 4,6 e 2,7 vezes menores que os gastos totais com alimentos dos primeiro e segundo estratos, em relação ao último. Considerando esses resultados, pode-se avaliar as condições precárias de nutrição das pessoas de baixos rendimentos.

TABELA 8. Dispendio mensal *per capita* com os grandes grupos de alimentos. Botucatu, 1978 (cruzeiros de 1978).

Grandes grupos de alimentos	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>						
	1	2	3	4	5	6	7
Protéico-animais	67,7	136,4	212,9	266,0	328,9	386,3	383,4
Energéticos	107,9	139,9	172,7	173,0	173,0	168,7	194,5
Produtos hortifrutícolas	15,3	44,0	74,7	118,5	141,6	143,2	228,0
Outros	28,8	48,5	77,1	89,4	142,3	145,3	207,8
Total	219,7	368,8	537,4	647,0	785,8	842,5	1013,7

Fonte: Dados da amostra.

Os resultados relativos ao dispêndio mensal *per capita* com alimentos em Piracicaba, SP (Castro, 1972), revelaram a mesma tendência, porém com diferenças mais acentuadas para Botucatu: os dispêndios totais *per*

capita dos primeiro e segundo estratos¹⁰ foram 6,03 e 3,86 vezes menores, em relação ao último. Em Botucatu, aos dois últimos estratos, com 5,5% das pessoas, corresponde 10,2% do dispêndio total com alimentos, ao passo que o levantamento realizado em Piracicaba mostrou que aos 5,5% da amostra com maiores dispêndios correspondia 13,8% do total do dispêndio com alimentos.

Conhecidos os vários aspectos relativos à estrutura de consumo da população, é importante verificar os principais locais de compra dos alimentos e suas relações com os estratos de rendimento. A Tabela 9 mostra a porcentagem do dispêndio com alimentos, pelos principais locais de compra, segundo os estratos de rendimentos.

Os supermercados caracterizam-se normalmente pela presença de produtos embalados e padronizados, com grande variedade de tipos, marcas, preços, etc. Estes estabelecimentos caracterizam-se por utilizar o sistema de vendas denominado auto-serviço, com escolha das mercadorias pelo próprio consumidor que as transporta até a caixa registradora. Estão portanto incluídos nesse grupo, também pequenos armazéns que passaram a adotar esse sistema. Os empórios, armazéns, quitandas e outros pequenos estabelecimentos, geralmente mais distantes do centro comercial, normalmente apresentam pequena variedade de produtos, freqüentemente não embalados e não padronizados.

Como se pode verificar pela Tabela 9, os locais de compra variam de acordo com o nível de rendimento, destacando-se a importância dos empórios, armazéns e quitandas como fornecedores de alimentos às pessoas dos três primeiros estratos. No primeiro estrato, 29,6% dos gastos com alimentos são realizados nesses estabelecimentos. Por outro lado, nos estratos superiores, especialmente no quinto, grande parte das compras é feita nos supermercados. As feiras livres e ambulantes se apresentam como importantes em todos os estratos de rendimento, principalmente no último, onde cerca de um quinto (20,7%) dos gastos são feitos nesses locais. Tal fato está relacionado com a importância que assumem os produtos hortifrutícolas no sétimo estrato de rendimento, tanto no que se refere à participação relativa no dispêndio total, como em relação ao dispêndio mensal *per capita* com esses alimentos. As padarias são importantes para os primeiros estratos e os açougues para praticamente todos os estratos, assim como os estabelecimentos agrupados em "outros".

¹⁰ Os dados foram estratificados em seis níveis de dispêndio mensal *per capita*. As diferenças entre Botucatu e Piracicaba assinaladas no texto podem ser devidas à diferença na variável usada para estratificação: rendimento mensal *per capita* em Botucatu e dispêndio mensal *per capita* em Piracicaba.

TABELA 9. Proporção do dispêndio com alimentos em relação aos vários locais de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de compra	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Supermercados	8,3	13,6	11,1	19,2	35,7	32,1	22,1	16,7
Empório, armazéns e quitandas	29,6	15,9	17,1	13,6	12,9	10,5	0,2	15,8
Feiras-livres e ambulantes	12,8	12,9	12,7	14,1	13,5	9,1	20,7	13,1
Padarias	12,2	12,4	11,6	10,2	5,8	7,9	5,6	10,7
Açougues	9,5	17,2	18,2	14,1	12,8	18,9	10,8	15,8
SESI	8,4	9,6	11,9	10,2	4,5	5,0	13,3	9,8
Cooperativas	0,9	3,1	1,2	0,3	0,2	0,1	0,2	1,3
Outros ^a	18,3	15,3	16,2	14,6	14,6	16,4	27,1	16,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da amostra.

(a) Outros = laticínios, sorveterias, bares, depósitos de bebidas, máquinas de beneficiamento, etc.

Para a população como um todo constata-se a importância dos supermercados, dos empórios, armazéns e quitandas e dos açougues, para os quais são dirigidos 16,7%, 15,8% e 15,8%, respectivamente, do total dos gastos realizados com alimentos. Para as feiras livres e ambulantes e padarias, essas proporções são 13,1% e 10,7% respectivamente.

De maneira geral não há diferenças significativas entre os vários locais de compra (exceto as padarias, cooperativas e SESI), não havendo portanto um predomínio, pelo menos até 1978, dos supermercados em relação aos outros estabelecimentos ("outros", empórios, armazéns e quitandas e açougues).

Apesar das condições precárias de alimentação das pessoas de baixos rendimentos, como visto anteriormente, não se pode negar a importância que assumem como consumidores de produtos alimentícios. A Tabela 10 mostra para cada tipo de estabelecimento, o quanto de suas vendas são realizadas pelas pessoas de cada estrato de rendimento. Assim, as pessoas dos três primeiros estratos de rendimento¹¹ são responsáveis por:

- a. 43,8% do total de vendas dos supermercados;
- b. 71,7% das vendas dos empórios, armazéns e quitandas;
- c. 61,0% das vendas das feiras livres e ambulantes;
- d. 69,7% das vendas das padarias;
- e. 65,4% das vendas dos açougues;
- f. 67,4% das vendas do SESI;
- g. 93,6% das vendas das cooperativas; e
- h. 59,6% das vendas de outros estabelecimentos.

Verifica-se portanto que as pessoas com rendimentos até dois salários mínimos têm um papel significativo nas vendas de todos os tipos de estabelecimentos, mesmo no caso dos supermercados que até há pouco tempo se caracterizavam por ter como clientela apenas as pessoas de altos rendimentos. Deve-se, portanto, destacar o significado das pessoas nos três primeiros estratos no sentido da realização do valor dessas mercadorias.

Como mostrado anteriormente, há uma forte ligação entre as pessoas de baixo rendimento e os estabelecimentos como empórios, armazéns e

¹¹ Essas pessoas representam 75,0% da população total, detêm 44,5% do rendimento total e participam em 62,2% do dispêndio total com alimentos.

TABELA 10. Participação dos diversos estratos de rendimento no total do dispêndio com alimentos em cada local de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de compra	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Supermercados	3,9	19,9	19,8	23,8	14,9	13,9	3,8	100,0
Empório, armazéns e quitandas	14,5	24,8	32,4	17,8	5,6	4,8	0,1	100,0
Feiras-livres e ambulantes	7,6	24,3	29,1	22,2	7,1	5,1	4,6	100,0
Padarias	8,9	28,3	32,5	19,7	3,7	5,4	1,5	100,0
Açougues	4,6	26,5	34,3	18,4	5,6	8,6	2,0	100,0
SESI	6,7	24,0	36,7	21,7	3,2	3,7	4,0	100,0
Cooperativas	5,7	60,1	27,8	4,9	0,8	0,4	0,3	100,0
Outros ^a	8,5	22,3	28,8	22,6	6,0	7,1	4,7	100,0
Total	7,8	24,5	29,9	20,7	6,9	7,3	2,9	100,0

Fonte: Dados da amostra.

(a) Ver Tabela 9.

quitandas. Esse fato ocorre principalmente devido aos mecanismos utilizados por esses estabelecimentos, que muitas vezes se tornam também uma das únicas maneiras desses consumidores poderem comprar alimentos. Um desses mecanismos, de real importância, é o crédito fornecido especialmente pelos pequenos estabelecimentos.

Segundo Coutinho (1969:82): "A função do crédito ao consumidor é romper a unidade entre renda disponível corrente e capacidade de gastos dos indivíduos, com isto, ao fracionar-se o preço de um produto em valores mensais compatíveis com as rendas correntes, amplia-se consideravelmente o mercado para produtos que de outra forma só seriam acessíveis a setores sociais restritos". Referindo-se a bens de consumo duráveis e não duráveis, o autor indica por uma série de razões que os primeiros, por sua própria natureza, seriam mais próprios ao funcionamento do sistema creditício. No entanto, o crédito ao consumo acaba tendendo a atingir indiscriminadamente todos os tipos de bens e serviços consumidos. Acrescenta que: "A pequena dimensão da renda corrente dos grupos de baixas rendas leva a que se apele a formas de financiamentos de prazo reduzidíssimo, já que o consumidor não consegue fazer de seu salário um fundo que resista aos gastos dos 30 dias do mês: proliferam na periferia urbana tipos informais de relações creditícias entre consumidor e vendedor ('conta', 'caderninho', etc)", Coutinho 1979:83. Deve-se ressaltar que o juro cobrado faz aumentar os preços dos produtos, podendo, portanto, se constituir num fator de diminuição do consumo.

A Tabela 11 ilustra a ocorrência dessa relação creditícia existente entre vendedores e compradores de alimentos. Em média, a proporção de compras a prazo é elevada nos três primeiros estratos em relação aos estratos superiores: das compras realizadas pelas pessoas do primeiro, segundo e terceiro estratos, 30,0%, 28,9% e 24,0% respectivamente, são a prazo. Por outro lado, nos dois últimos estratos essa proporção de compras a prazo, é bastante reduzida (8,1% e 1,8%, respectivamente).

Do lado dos estabelecimentos comerciais, verifica-se que os supermercados praticamente não vendem a prazo, salvo raras exceções¹². No caso dos empórios, armazéns e quitandas constata-se que grande proporção do dispêndio de cada estrato (exceto dos dois últimos) nesses estabelecimentos, é a prazo (sempre acima de 60%). Portanto, para esses estabelecimentos, o crédito configura-se como uma prática bastante comum. Também aparece uma significativa proporção de

¹² Trata-se dos antigos armazéns que passaram a utilizar o sistema de auto-serviço, mas mesmo assim continuam com parte das vendas realizadas a prazo.

TABELA 11. Locais de compra e proporções dos gastos à vista (V) e a prazo (P). Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de compra	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>													
	1		2		3		4		5		6		7	
	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P
Supermercados	100,0	0,0	97,5	2,5	96,2	3,8	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Empório, armazéns e quitandas	34,8	65,2	16,3	83,7	20,5	79,5	39,6	60,4	2,7	97,3	90,7	9,3	100,0	0,0
Feiras-livres e ambulantes	96,4	3,6	90,0	10,0	95,0	5,0	98,2	1,8	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Padarias	63,6	36,4	43,5	56,5	53,5	46,5	54,7	45,3	36,3	63,7	64,1	35,9	68,4	31,6
Açougues	73,2	26,8	80,1	19,9	83,7	16,3	91,0	9,0	87,6	12,4	77,4	25,6	100,0	0,0
SESI	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Cooperativas	7,2	92,8	4,4	95,6	45,8	54,2	11,1	88,9	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Outros ^a	86,3	13,7	96,1	3,9	98,2	1,8	99,0	1,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Total	70,0	30,0	71,1	28,9	76,0	24,0	85,2	14,8	82,2	17,8	91,9	8,1	98,2	1,8

Fonte: Dados da amostra.

(a) Idem Tabela 9.

compras a prazo nas padarias, mesmo nos estratos superiores, visto principalmente o sistema muito utilizado de entregas de pão e leite para "acertar" no fim do mês. É prática comum, também, a compra a crédito nos açougues, com exceção do último estrato de rendimento. As feiras livres e ambulantes por sua vez apresentam reduzida proporção de vendas a prazo em todos os estratos de rendimento.

É importante verificar também o quanto do total de compras à vista e a prazo de cada estrato de rendimento é realizado em cada tipo de estabelecimento (Tabela 12).

Constata-se a importância dos estabelecimentos enquadrados no item "outros" em todos os estratos de rendimento no total das compras realizadas à vista. As feiras livres e ambulantes e os açougues também se configuram como importantes locais de compras à vista para a maioria dos estratos. Os supermercados podem ser considerados como os principais locais de compras à vista, especialmente para as pessoas do quarto estrato em diante.

Por outro lado, relativamente às compras a prazo, destacam-se os empórios, armazéns e quitandas que em todos os estratos (exceto os dois últimos), representam sempre mais de 46,0% do total de compras a prazo. Além desses estabelecimentos, as padarias também se apresentam como importantes locais de compras a prazo nesses mesmos estratos. No sexto estrato de rendimento, as maiores proporções das compras a prazo são feitas nos açougues e padarias: 52,8% e 35,0% respectivamente. As pessoas do último estrato compram a prazo apenas nas padarias.

Pode-se depreender, portanto, que a utilização do crédito é muito comum, especialmente entre os consumidores de baixos rendimentos e os estabelecimentos como empórios, armazéns e quitandas. E mais, essa relação passa a fazer parte de um círculo vicioso: no início do mês, o consumidor tem que quitar as dívidas do mês anterior sobrando-lhe apenas parte de seu salário ou rendimento, tornando-se necessária a utilização do crédito para adquirir os alimentos durante o mês. A relação entre esses estabelecimentos e os consumidores de baixos rendimentos se apresenta com um duplo sentido: do lado do pequeno comerciante o crédito se configura como uma maneira de assegurar determinada clientela, e do lado dos consumidores, como uma das estratégias de consumo. Como ressaltado anteriormente, o encarecimento dos produtos (em função dos juros cobrados), pode por outro lado acarretar uma redução no consumo, o que, a longo prazo, pode também piorar as condições de nutrição desses consumidores. No caso dos estratos de maior rendimento também são realizadas, mas em proporção menor, compras a prazo. No entanto, isso ocorre por outras razões, e não por

TABELA 12. Proporções das compras à vista (V) e a prazo (P) pelos locais de compra. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Locais de compra	Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>													
	1		2		3		4		5		6		7	
	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V	P
Supermercados	11,9	0,0	18,6	1,2	14,0	1,8	22,5	0,0	43,5	0,0	34,9	0,0	22,5	0,0
Empório, armazéns e quitandas	14,7	64,2	3,7	46,3	4,6	56,9	6,3	55,5	0,5	70,6	10,4	12,2	0,2	0,0
Feiras-livres e ambulantes	17,6	1,5	16,4	4,5	15,9	2,6	16,2	1,7	16,4	0,0	10,0	0,0	21,1	0,0
Padarias	11,1	14,8	7,6	24,1	8,2	22,5	6,5	31,2	2,5	20,5	5,5	35,0	3,9	100,0
Açougues	9,9	8,4	19,3	11,7	20,0	12,4	15,1	8,5	13,6	8,9	15,9	52,8	11,1	0,0
SESI	12,0	0,0	13,5	0,0	15,7	0,0	12,0	0,0	5,5	0,0	5,4	0,0	13,6	0,0
Cooperativas	0,1	2,8	0,2	10,1	0,7	2,6	0,0	1,8	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Outros ^a	22,7	8,3	20,7	2,1	20,9	1,2	21,3	1,3	17,8	0,0	17,8	0,0	27,5	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da amostra.

(a) Idem Tabela 9.

necessidade de utilização do crédito como forma de garantir a sobrevivência.

Cabe finalmente apresentar os resultados relativos às condições de habitação, à participação do trabalho da mulher, menores de 14 anos e outros, bem como a contribuição de cada um na composição do rendimento familiar.

Na Tabela 13 são apresentadas informações que ilustram as condições de habitação, tais como: o número de quartos e o número de pessoas por residência, bem como a relação entre o número de pessoas e o número de quartos. Observa-se que nos menores estratos de rendimento, o número de quartos por residência é menor do que nos maiores estratos: em torno de dois quartos por residência nos primeiros, e mais de três nos últimos.

TABELA 13. Condições de habitação conforme o número de quartos e o número de pessoas. Botucatu, 1978.

Estratos de rendimento mensal <i>per capita</i>	Número de quartos/residência	Número de pessoas/residência	Número de pessoas/número de quartos
1	2,1	5,9	2,8
2	2,2	4,1	1,9
3	2,4	3,8	1,6
4	2,8	4,1	1,5
5	2,8	3,5	1,2
6	3,0	3,7	1,2
7	3,4	3,0	0,9
Total	2,4	4,2	1,7

Fonte: Dados da amostra.

Por outro lado, o número de pessoas por residência apresenta uma tendência inversa ao indicador anterior. O número de pessoas por residência é, no primeiro estrato, duas vezes maior que no estrato superior, indicando que as famílias são maiores nos estratos de rendimentos mais baixos. Assim, enquanto para as famílias de menores rendimentos há a necessidade de se ter em torno de duas pessoas por quarto (no primeiro estrato são em média 2,8 pessoas por quarto), no estrato superior veri-

fica-se que há mais de um quarto por pessoa.

Essas informações revelam de um lado as diferenças entre as condições de habitação entre as famílias de acordo com seus rendimentos, e de outro, uma das formas de "defesa" da população de baixos rendimentos. Para essas pessoas, principalmente em função de seus rendimentos, é "condição de sobrevivência" ocupar um espaço bastante pequeno para acomodar a família, principalmente para reduzir ao máximo o custo monetário de habitação. Além disso (como se verá posteriormente, o número grande de pessoas por residência também se configura como uma maneira de aumentar o rendimento familiar, na medida em que incorpora todos os rendimentos das pessoas que trabalham. Assim, essas "estratégias" permitem pelo menos garantir parte de sua reprodução.

A Tabela 14 mostra, para cada estrato de rendimento, a proporção de chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros no total das pessoas que auferem rendimentos. Verifica-se que nos quatro primeiros estratos de rendimento, os chefes representam menos da metade do total de pessoas, indicando portanto uma elevada participação das mulheres e de outros. A participação do trabalho dos menores de 14 anos é tam-

TABELA 14. Participação dos chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros no total das pessoas que auferem rendimentos. Botucatu, 1978 (porcentagem).

Estratos de rendimento	Chefes	Mulheres	Menores de 14 anos	Outros ^a	Total
1	46,3	19,5	9,8	24,4	100,0
2	41,6	31,5	4,6	22,3	100,0
3	46,0	23,4	5,6	25,0	100,0
4	48,5	27,9	7,4	16,2	100,0
5	62,5	12,5	12,5	12,5	100,0
6	52,9	35,3	0,0	11,8	100,0
7	83,3	16,7	0,0	0,0	100,0
Total	46,5	26,4	6,0	21,1	100,0

Fonte: Dados da amostra.

(a) Filhos acima de 14 anos e demais pessoas do sexo masculino que auferem rendimentos.

bém relativamente importante, principalmente no primeiro estrato, onde representam quase 10% do total de pessoas. Nos demais estratos, os chefes representam sempre mais da metade do total de pessoas, que auferem rendimentos, diminuindo portanto a importância dos demais membros. Nos dois últimos estratos, especialmente no sexto, a participação do trabalho da mulher é importante, demonstrando que é uma prática corrente também nos maiores estratos de rendimento. No entanto, nesses estratos não há a presença do trabalhador menor, e apenas uma reduzida participação de outros. Em média, do total das pessoas que auferem rendimentos, 46,5% são chefes, 26,4% são mulheres, 6,0% são menores e 21,1% são outros membros do domicílio.

Fica evidente assim, a importância que assume o trabalho das mulheres, menores e outros principalmente nos estratos mais baixos de rendimentos, restando analisar a contribuição de cada um na composição do rendimento familiar (Tabela 15).

TABELA 15. Participação dos rendimentos dos chefes, mulheres, menores de 14 anos e outros na composição do rendimento familiar. Botucatu, 1978 (porcentagem):

Estratos de Rendimento	Chefes	Mulheres	Menores de 14 anos	Outros ^a	Total
1	58,7	21,5	3,4	16,4	100,0
2	59,0	22,7	3,2	15,1	100,0
3	64,9	21,0	2,6	11,5	100,0
4	69,2	18,5	2,9	9,4	100,0
5	78,3	11,2	4,0	6,5	100,0
6	78,1	17,3	0,0	4,6	100,0
7	96,6	3,4	0,0	0,0	100,0
Total	70,4	17,2	3,0	9,4	100,0

Fonte: Dados da amostra.

(a) Idem Tabela 14.

Observa-se, pela Tabela 15, que o valor dos rendimentos dos chefes é, em todos os estratos, maior do que a somatória dos rendimentos das demais pessoas. À medida que aumenta o rendimento, a participação dos chefes na composição do rendimento familiar também aumenta, re-

presentando nos três últimos estratos mais de 78% do total dos rendimentos da família. Constatase, também, a importância que assumem os rendimentos das mulheres, menores de 14 anos e outros na composição do rendimento familiar, principalmente nos menores estratos de rendimento. Fica evidente, também, que a remuneração das mulheres, menores de 14 anos e outros encontra-se em níveis inferiores à dos chefes, pois a proporção em que participam do rendimento familiar é quase sempre menor que a proporção em que aparecem na tabela anterior, que trata do número de pessoas. Mesmo assim é de fundamental importância a participação destes membros da família, especialmente nos três primeiros estratos, pois representam, em conjunto, sempre mais de um terço do total do rendimento familiar. Para a população como um todo, tem-se que do total de rendimentos auferidos, 70,4% provém dos chefes, 17,2% das mulheres, 3,0% dos membros de 14 anos e 9,4% de outros.

Em outras palavras, os resultados apresentados permitem deduzir que se trata de uma estratégia de sobrevivência a incorporação dos rendimentos de mulheres, menores de 14 anos e outros. A despeito desses rendimentos serem baixos, eles vêm somar-se ao rendimento do chefe na tentativa de assegurar a subsistência da família.

CONCLUSÕES

A análise elaborada na presente pesquisa leva a algumas conclusões relativas ao consumo de alimentos. A partir da revisão dos principais trabalhos sobre o assunto, pôde-se depreender que:

- a. há uma parcela significativa da população brasileira com deficiências nutricionais, constatação esta que vem sendo mostrada desde estudos mais antigos;

- b. os estudos recentes¹³ têm demonstrado que as principais deficiências nutricionais são calóricas e protéicas, em contraposição aos estudos anteriores, que indicavam como principal problema apenas a deficiência protéica;
- c. com referência às variáveis explicativas da desnutrição, a renda se configura como a mais importante. Entretanto, a outras variáveis, como por exemplo a educação, tem sido atribuído um papel fundamental, mas que no nosso entender deve ser bastante relativizado como determinante do nível nutricional¹⁴. O papel da educação será mais importante se houver um processo de redistribuição de renda, quando as famílias deverão saber adaptar seu padrão de consumo à nova situação; e
- d. muitas propostas para a solução do problema têm-se apresentado de formas simplistas e paliativas, em virtude principalmente de se detectar como causas alguns fatores que, embora tenham relação com a desnutrição, não são verdadeiramente seus determinantes.

Além disso é bastante comum os estudos prenderem-se à determinação da estrutura do consumo de alimentos, à constatação de um maior ou menor grau de desnutrição, sem considerar outros aspectos envolvidos na questão. Quanto a isso, tem-se a acrescentar que o consumo não pode ser visto isoladamente, pois há uma série de relações complexas entre a produção agrícola, a indústria alimentar, a comercialização e o próprio consumo de alimentos. Cada uma dessas fases determina e é determinada por outra, e constituem "momentos" do processo econômico com uma unidade indissolúvel. Deve-se evidenciar, por exemplo, a importância do capital comercial e/ou industrial, cujo objetivo é a obtenção de maiores lucros, no sentido de ter maior controle sobre o processo de produção agrícola, bem como de utilizar diversos mecanismos visando o aumento da demanda e conseqüentemente, "forçando" um determinado padrão de consumo¹⁵. Desta forma, o estudo do consumo de alimentos deve levar em consideração esses outros fatores.

Esses aspectos, que têm características próprias em um determinado

¹³ A esse respeito ver os trabalhos de Alves e Vieira (1978), Salomon (1978), Alves (1979).

¹⁴ Ver o trabalho de Sampaio e Coelho (1978).

¹⁵ Esses aspectos são intensamente discutidos por Maluf (1977) e Sorj (1980).

padrão de desenvolvimento, e que antes de tudo refletem o próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil, têm trazido como conseqüência a formação de um contingente populacional cuja reprodução é extremamente dificultada em função principalmente dos baixos rendimentos auferidos. Em vista disso, essa parcela da população deve lançar mão de certos artifícios que possibilitem a sua sobrevivência.

Levando em consideração esse quadro de referência, as principais conclusões obtidas para a cidade de Botucatu foram:

1. Que há uma distribuição bastante desigual dos rendimentos: as pessoas do primeiro estrato de rendimento, que representam 16,8% do total, detém apenas 3,7% do total de rendimentos enquanto as pessoas dos dois últimos estratos, que representam apenas 5,5% da população, apropriam-se de mais de um quinto (21,5%) dos rendimentos. Considerando agrupadamente os dois primeiros estratos, tem-se que quase metade da população (47,9%) possuem menos de um quinto (18,3%) do total de rendimentos. Essa distribuição desigual dos rendimentos se reflete numa diferenciação da estrutura de consumo alimentar.

2. Que a proporção do rendimento gasto em alimentação diminui à medida que aumenta os rendimentos: enquanto no primeiro estrato, quase 60% do rendimento é gasto em alimentação, no estrato superior essa porcentagem não chega a atingir 10%. Nos dois primeiros estratos, onde está cerca de 48% da população, a alimentação absorve, em média, mais de 50% dos rendimentos.

3. Que a maior parte dos gastos com alimentação, para as pessoas dos estratos de menor rendimento, dá-se com alimentos energéticos (cerca de 49,1% e 38,4% para as pessoas do primeiro e segundo estratos, respectivamente), ao passo que nos estratos superiores essa proporção é maior para os alimentos protéico-animais: 45,8% e 37,9% do total de dispêndio das pessoas do sexto e sétimo estratos, respectivamente. Essas constatações não significam necessariamente que a população de menores rendimentos tenha suas necessidades calóricas satisfeitas, mas que estaria tentando suprir-se de calorias como necessidade imediata, vital para o funcionamento do organismo. Mesmo sendo importantes os alimentos energéticos na cesta de alimentos das pessoas dos estratos de menor rendimento, os valores - em termos de gastos *per capita* com esses alimentos - são substancialmente menores que os encontrados para as pessoas dos estratos superiores, o que pode indicar a não satisfação das necessidades calóricas por parte das pessoas dos menores estratos. A diferença é muito mais acentuada ainda quando se trata dos alimentos protéicos animais e hortifrutícolas. Em média, as variações no dispêndio total *per capita* são também bastante acentuadas, sendo 4,6 e 2,7

vezes menores os gastos totais com alimentos dos primeiro e segundo estratos de rendimento, em relação ao último.

4. Que os locais de compra também variam conforme o nível de rendimento, destacando-se a importância dos empórios, armazéns e quitandas como fornecedores de alimentos às pessoas de baixos rendimentos: no primeiro estrato, 29,6% dos gastos com alimentos são realizados nesses estabelecimentos. Mesmo para outros tipos de estabelecimentos as famílias com rendimentos até 2 salários mínimos têm um papel significativo como compradores de alimentos. Essas pessoas são responsáveis por:

- a. 43,8% do total de vendas dos supermercados;
- b. 71,7% das vendas dos empórios, armazéns e quitandas;
- c. 61,0% das vendas das feiras-livres e ambulantes;
- d. 69,7% das vendas das padarias;
- e. 65,4% das vendas dos açougues;
- f. 67,4% das vendas do SESI;
- g. 93,6% das vendas das cooperativas; e
- h. 59,6% das vendas de outros estabelecimentos.

Especificamente em relação às estratégias utilizadas pelas pessoas de baixos rendimento, pôde-se concluir que, no tocante à habitação, essas pessoas procuram ocupar um espaço bastante pequeno para acomodar a família a fim de reduzir o custo monetário de moradia. Enquanto para as famílias de menores rendimentos há a necessidade de se ter em torno de duas pessoas por quarto (no primeiro estrato de rendimento são em média 2,8 pessoas por quarto), no estrato superior há mais de um quarto por pessoa.

Em segundo lugar, verificou-se que a utilização do crédito ('caderнета', 'conta', etc) por parte das pessoas de baixos rendimentos é uma prática bastante comum, representando cerca de 29% do total de gastos das pessoas com rendimentos até um salário mínimo. Essas compras a prazo são feitas em maior proporção nos empórios, armazéns e quitandas e constituem, do lado desses pequenos comerciantes, uma maneira de assegurar determinada clientela e, do lado dos consumidores, uma das formas de poder continuar comprando alimentos.

Verificou-se também que a incorporação do trabalho remunerado de mulheres, menores de 14 anos e outros membros da família é bastante importante nos estratos de menor rendimento, representando nos quatro primeiros estratos mais da metade do número de pessoas que trabalham. Nos estratos superiores é mais relevante o trabalho dos chefes,

que aí constituem mais da metade do número total de pessoas que têm rendimentos.

Na composição do rendimento familiar, destaca-se também a importância que assumem os rendimentos auferidos pelas mulheres, menores de 14 anos e outros membros da família, que representam em conjunto mais de um terço do total de rendimentos das famílias dos três primeiros estratos. A despeito dos rendimentos das mulheres, menores de 14 anos e outros serem baixos, eles vêm somar-se ao rendimento do chefe na tentativa de assegurar a subsistência da família.

Finalmente, cabe reafirmar que as condições precárias de alimentação das pessoas de baixos rendimentos não se configuram apenas como reflexo de determinada conjuntura (alta do custo de vida, inflação, etc), mas sim de um determinado modelo de desenvolvimento que estruturalmente requer uma distribuição desigual da riqueza. Assim, os programas de nutrição (programas educacionais, distribuição de alimentos, etc) que procuram resolver a questão pelos **determinantes aparentes** da desnutrição, sem alterar a renda e/ou sua distribuição, não constituem solução definitiva do problema.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Prof. Dr. Rodolfo Hoffmann pela orientação no desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. L. G. Desnutrição e problema no Brasil: algumas evidências. In: **cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (29):77-86, jun. 1979.
- ALVES, E. L. G. & VIEIRA, J. T. L. Evolução do padrão de consumo alimentar da população da cidade de São Paulo. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 8(3):727-56, dez. 1978.
- CAMPINO, A. C. C. et alii. Fatores sócio-econômicos associados à nutrição no Município de São Paulo. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, 5(1):7-35, 1975.
- CASTRO, A. B. **Aspectos da interdependência econômica entre a estrutura de consumo e a comercialização agrícola**. Piracicaba, USP/ESALQ, 1972. 100p. Tese de Doutorado.

- COUTINHO, M. **Padrões de consumo e distribuição de renda no Brasil**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1979. 106p. Dissertação de Mestrado.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Consumo alimentar. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, 29(10):72-9, out. 1975.
- IBGE. Departamento de Estudos e Indicadores Sociais. **Condições de vida da população de baixa renda nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre**. Rio de Janeiro, 1978. 85p.
- IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 1980. v. 4, t. 2.
- INFORME ESTATÍSTICO [do] DIEESE, São Paulo, v. 5, n. 12, 1979.
- INFORME ESTATÍSTICO [do] DIEESE, São Paulo, v. 7, n. 12, 1981.
- MALUF, R. S. **A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1977. 132p. Dissertação de Mestrado.
- QUEDA, O. Capitalista que se preza não produz mercadoria que pobre come. **Jornal do Engenheiro Agrônomo**, abr. 1978. n. 87, p.6-7.
- SALOMON, J. B. R. Nutrição: a respeito dos resultados de uma pesquisa pioneira do IBGE. In: SIMPÓSIO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. 5. Anais. Maceió, 1978. v. 1, p.147-59.
- SAMPAIO, Y. & COELHO, H. A. L. Estado nutricional e condições sócio-econômicas: o problema revisitado. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 12: 157-67, 1978.
- SANTOS, R. **Leis sociais e custo de mão-de-obra no Brasil**. São Paulo, LTr, Universidade de São Paulo, 1973. 393p.
- SOBRAL, G. **Demanda de alimentos no Brasil**. Piracicaba, ESALQ/USP, 1973. 133p. Dissertação de Mestrado.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1980. 152p.
- SUPLICY, E. M. Pesquisa sobre padrão de vida. **Folha de São Paulo**, 19 abr. 1981.